

A ORGANIZAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE

Diego Barbosa CEARÁ*

A organização do Exército brasileiro sofreu forte influência do modelo estadunidense implantado pós II Guerra Mundial. Em 1956, foram criados em alusão a estrutura norte-americana os I, II, III e IV Exércitos e o Comando Militar da Amazônia. No entanto, a partir de meados da década de 60 e início dos anos 70, foram lançadas as bases para a reformulação da Doutrina Militar Brasileira, sendo introduzida nova metodologia de planejamento, e criadas as divisões de Exército, constituídas por um número variável de brigadas em substituição às antigas divisões de Infantaria.

O desenvolvimento que se buscava estava baseado na execução do Plano Diretor para a reorganização e reestruturação da Força Terrestre, elaborado pelo Estado-Maior do Exército, na organização e o aparelhamento do Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e o Plano Diretor do Exército (PDE) foi definitivamente institucionalizado, concretizando-se, assim, o ciclo completo de planejamento e programação do Exército.

Em vários momentos, o Exército tem buscado afirmar que a elaboração de uma nova doutrina militar iniciou-se antes do rompimento do acordo militar com os Estados Unidos. Este rompimento ocorreu em 1977, em oposição ao acordo energético nuclear assinado com a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos ameaçaram cortar o crédito pretendido pelo governo brasileiro, no valor de 50 milhões de dólares para fins militares, em função, de acreditarem que o Brasil estava pensando em desenvolver uma Bomba Atômica. O presidente Geisel, não aceitando tal ameaça, adiantou-se, rompendo o acordo militar com os Estados Unidos.

Buscando a criação de uma doutrina militar autônoma e enquadrada a realidade brasileira, a derrota do Exército argentino na guerra das Malvinas colaborou para enterrar, aos olhos dos militares brasileiros, o que restava da confiança no Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca, que datava de 1947, enquanto base de uma efetiva aliança de defesa contra agressores de forças externas ao hemisfério. Contudo, com o abandono da hipótese de guerra com a Argentina, que até meados dos anos 1980 era percebida pelo Exército brasileiro como principal ameaça para a nação, e com o fim do

* Mestrando do curso de História (FHDSS-Unesp/Franca), membro do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Orientando do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

regime militar, as Forças Armadas viveram uma crise de identidade. Este processo se desenvolveu em ocasião de um grande questionamento que surgiu com o término da ditadura: a missão, isto é, a razão da existência e manutenção em tempo de paz do aparelho militar.

O que proporcionou tal questionamento por parte da sociedade, foi a falta de um projeto nacional, e diante desta situação os militares voltaram o seu olhar para a proteção da Amazônia e de suas frágeis fronteiras, momento este em que se cogitava uma possível internacionalização da floresta. Desta forma tentavam justificava perante a sociedade a manutenção da força, criou-se a idéia através de um amplo discurso na mídia de se proteger a floresta da cobiça internacional, contra o invasor que levaria as “nossas riquezas naturais”. E para dar sustentação ao discurso foi criado e desenvolvido o Sistema de Planejamento do Exército – SIPLEX. Tal processo possibilitou a manutenção da força e uma melhor reorganização da tropa pelo território nacional.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, E. R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papyrus, 1994.

SAINT-PIERRE, H. L e WINAND, E. “O legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino”. In: SAINT-PIERRE, H. L. (org.) *Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. São Paulo: Editora Unesp, 2007. pg. 33-72.

STEPAN, A. (org.) *As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha*. In: STEPAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.